

FRANCISCO  
MARTINS  
RODRIGUES

# a revolução cultural e o fim do maoismo



**PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!**

**Primeira edição:** *Política Operária*, n.º 13, janeiro/fevereiro de 1988.

**Fonte:** Francisco Martins Rodrigues — Escritos de uma vida.

**Transcrição:** Ana Barradas.

**HTML:** Fernando Araújo.

**Diagramação:** Lucas Schweppenstette.

Produzido pelo **Arquivo Marxista na Internet** em 24 de maio de 2024.

Entre em contato conosco para corrigir quaisquer erros nesta edição digital.



# A REVOLUÇÃO CULTURAL E O FIM DO MAOISMO

Em 1969, o 9.º Congresso do Partido Comunista da China proclamava o triunfo definitivo da Grande Revolução Cultural Proletária e a derrota em toda a linha da “pandilha” de Liu Shaoqi, Deng Xiaoping e do “punhado de seguidores da via capitalista”. A China, assegurava o congresso, não mudaria de cor, como acontecera com a União Soviética.

Contudo, ao longo dos anos seguintes, a política interna e externa chinesa foi-se deslocando de forma cada vez mais pronunciada para a direita, entre obscuros ajustes de contas, até que a liquidação do “Bando dos Quatro” e o posterior regresso de Deng Xiaoping ao poder não permitiram mais dúvidas sobre quem ganhara a batalha. A burguesia revelava-se ainda desta vez a mais forte. A revolução cultural fora um grande fracasso. E com este fracasso não era só a revolução chinesa mas toda a corrente marxista-leninista internacional dos anos 60 que se desmoronava.

## A REVOLUÇÃO CULTURAL E O FIM DA CORRENTE M-L

Por todo o mundo, os maoistas sentiram-se vítimas de um logro gigantesco. Que era feito da invencível consciência dos operários e camponeses, armados com o pensamento maotse-tung? Para que tinham servido os tempestuosos movimentos de massas de 1966/67, essa “nova etapa da luta de classes sob a ditadura do proletariado”, se no fim de contas o revisionismo emergia de tudo isso, ainda mais virulento do que o da União Soviética?

Em breve, os que mais fervorosamente tinham acreditado na perspicácia infalível do “grande timoneiro” tornaram-se os mais amargos detratores da revolução cultural e de Mao. As multidões agitando o livrinho vermelho tinham sido pura e simplesmente manipuladas. A idílica “solução das contradições no seio do povo” saldara-se por ferozes combates com muitos milhares de mortos. A burguesia nunca fora seriamente golpeada. O maoismo era um bluff monumental.

Enver Hoxha exprimiu este desapontamento ao declarar com escárnio em 1978 que a Grande Revolução Cultural Proletária não fora “nem revolução, nem cultural, nem proletária”. Mao nunca passara de um nacionalista camponês, de um falso marxista alimentado na velha filosofia chinesa; o PC da China era

uma amálgama de cliques guerreando-se à sombra da “luta entre duas linhas”; os guardas vermelhos, bandos anárquicos de estudantes fanatizados. A pretensa luta entre a linha proletária e a linha burguesa cifrara-se numa tenebrosa disputa do poder entre fações rivais da burocracia e das chefias militares.

Assim os ex-maoistas enterraram o sonho da revolução cultural. Só que esta crítica “marxista-leninista” de última hora retomava quase ponto por ponto as acusações feitas anos antes pelos soviéticos. Não tinham eles denunciado a revolução cultural como a “arbitrariedade da turbamulta, instigada pela camarilha nacionalista de Mao”, e a campanha antidireitista como uma cortina de fumo ao serviço da consolidação de uma ditadura burocrático-militar? Não tinham eles criticado o maoísmo como uma deformação do leninismo e previsto que o extremismo chinês iria desembocar num entendimento com o imperialismo?

Que os m-l chegassem a conclusões semelhantes às dos soviéticos era caso para dar que pensar. Porque a URSS, por detrás de toda a retórica de princípios, atacava na realidade Mao por ele ter posto em causa o aparelho do partido e a ordem “socialista”. Parecia-lhe monstruoso que se chamasse as massas a “fazer fogo sobre o quartel-general”; que, após a tomada do poder, se apelasse à continuação da luta de classes (não apenas na ideologia mas nas ruas); que se dissesse às massas que o partido comunista podia mudar de cor.

Este horror pela subversão e pela “desordem”, que era o verdadeiro fundo da crítica soviética, foi adotado pelos dirigentes albaneses e pelos seus discípulos.

Assim, quando era preciso averiguar o que faltara ao maoísmo para conduzir a revolução mais adiante, eles condenaram-no por ter ousado desencadear o tumulto; quando era preciso superar o maoísmo pela esquerda, eles repudiaram-no pela direita.

Não é de estranhar, portanto, que, depois de ter excomungado a revolução cultural e de se ter purificado dos seus pecados maoístas, a corrente m-l, em vez de ganhar um renovado vigor revolucionário, como anunciara aos quatro ventos, tenha, pelo contrário, mergulhado num tacanho progressismo pequeno-burguês reformista, cada vez mais difícil de distinguir do revisionismo.

Ao recusar-se a tomar conhecimento de um dos mais vastos e avançados movimentos revolucionários da nossa época, reduzindo-o às proporções de um tumulto caótico, os partidos m-l cortaram as já débeis amarras que os prendiam ao marxismo. Em vez de se enriquecerem com o que a revolução cultural lhes trazia de novo, confundiram numa mesma condenação pedante as forças sociais antagónicas em conflito. Viraram costas às lições revolucionárias que lhes eram oferecidas pela tragédia da China e tiraram dela lições reacionárias, à semelhança do que fizeram por todo o mundo a burguesia e a pequena-burguesia, tanto no Ocidente como no Leste. E assim puseram um ponto

final na tímida redescoberta do marxismo que tinham encetado anos antes.

Hoje torna-se claro porque é que a revolução cultural chinesa marcou o auge e o começo da agonia da corrente m-l dos anos 60.

Ao romper com a restauração burguesa na URSS, os comunistas chineses esperavam demonstrar que a sua via, mais flexível — fundada numa maior democracia de massas, no confronto entre duas linhas no partido, na adesão voluntária do campesinato à revolução, na reabsorção gradual da burguesia — conduziria ao avanço, mais lento mas mais seguro, para o socialismo. Os erros de Staline, de que se evitava falar — a corrida à industrialização e os excessos de terror a cuja sombra se formara uma nova burguesia — seriam corrigidos pela prática.

Mas a via chinesa veio a revelar-se tão vulnerável ao envolvimento burguês como a via soviética. E a partir daí, ficavam por explicar, não um, mas dois grandes fracassos na instauração da ditadura do proletariado. Toda a carga do desastre da URSS, que se julgara poder ultrapassar com a nova via chinesa, recaiu com um peso redobrado sobre os ombros dos marxistas.

Poderá parecer pessimista dizer-se que a corrente m-l dos anos 60 acabou na experiência da revolução cultural. Mas foi isso que na realidade aconteceu. No início do século, os comunistas tinham um programa para a ditadura do proletariado e com ele

fizeram a revolução russa. Há vinte anos, julgavam estar a refazer esse programa na China, depois do desastre da URSS. Hoje não o têm. E continuarão privados dele enquanto não explicarem as causas sociais da perda da revolução na Rússia e na China.

Recuar perante esta tarefa dolorosa, tentar evadir-se dela com pequenas histórias sobre os erros de Staline e Mao ou as traições de Khrushchov e Liu Shaoqi, é de facto deixar o terreno aberto aos dois únicos sistemas reais da época atual: o capitalismo privado e a sua variante (temporária?) do capitalismo de Estado. E se o futuro pertence, com uma cada vez mais nítida necessidade, ao socialismo, a história do século XX demonstra que a ditadura da burguesia continua apesar de tudo a funcionar, a restabelecer-se dos golpes que lhe são aplicados e a reabsorver as tentativas de poder proletário.

Nestas circunstâncias, amaldiçoar a proliferação desbragada do oportunismo e do reformismo no movimento operário não serve de muito enquanto os comunistas não ultrapassarem a crise do pensamento revolucionário em que se deixaram aprisionar e não formularem um novo programa enriquecido da ditadura do proletariado. Além do mais, os operários não aderem a um projeto de revolução que não se sabe para o que é.

Lenine disse uma vez que “ninguém no mundo pode impedir a vitória do comunismo, a não ser os próprios comunistas”. É tempo de não continuarmos a dar razão a esta dura profecia.

Com este artigo, não se pretende, obviamente, fazer a história da revolução cultural chinesa, mas apenas chamar a atenção para um ponto preciso: o que levou os maoistas a proclamar a vitória no exato momento em que estavam a perder a batalha que tinham desencadeado contra a direita? Talvez o esclarecimento deste estranho engano ajude a entender melhor a revolução chinesa e a deslindar o fio de classe do maoísmo. Essa será a nossa autocrítica pelo apoio que lhe demos.

## **UM SOCIALISMO À RUSSA**

Apresentada inicialmente como uma campanha educativa para o aperfeiçoamento do socialismo, a revolução cultural foi na realidade a fase superior de uma luta política surda que desde a libertação vinha dividindo o partido chinês em duas alas. E se Mao desencadeou as hostilidades através de uma polémica literária não foi por amor aos floreados mas porque a sua posição no comité central chegara a um ponto crítico.

A verdade é que, embora acima de qualquer contestação pública devido ao seu papel histórico e ao imenso prestígio de que desfrutava junto do povo, Mao perdia terreno como dirigente do partido e do Estado. As suas concepções de aprofundamento ininterrupto da revolução apareciam a um sector crescente dos quadros comunistas como uma fantasia teórica, inaplicável à construção do socialismo e carregada de perigos. Havia uma luta

entre duas linhas, que se centrava na questão: seguir ou não o modelo soviético?

Dez anos antes, com a coletivização geral da agricultura e a nacionalização dos sectores dominantes da indústria e dos serviços, a China Popular anunciara a entrada triunfal na etapa da revolução socialista.

Em fins de 1956, os sectores estatal e cooperativo abrangiam dois terços da indústria, sendo o restante constituído por empresas mistas e uma percentagem insignificante de empresas privadas; a quase totalidade das explorações rurais tinham sido agrupadas em 740 mil cooperativas de tipo superior, sem o recurso à repressão massiva que se dera na União Soviética; o primeiro plano quinquenal marcava a cadência de um crescimento económico acelerado; a elevação espetacular do nível de vida do povo, a extensão dos direitos democráticos, a emancipação da mulher e das nacionalidades oprimidas, a nova cultura de massas, tornavam a China Nova num farol para o movimento de libertação nacional.

Contudo, estas vitórias históricas só podiam ser confundidas com uma revolução socialista devido à crença de que o controlo do poder pelo partido comunista, exercido em nome da classe operária, garantia o avanço para o socialismo. A verdade é que a ditadura do proletariado não passava de uma frase de propaganda. Desde que a China enveredara pela via da Democracia

Nova, não existiam, nem sequer em esboço, sovietes operários. Por detrás dos brilhantes sucessos alcançados, a base social do regime continuava a ser a ditadura democrático-popular, uma partilha instável do poder entre os camponeses pobres, a pequena burguesia, a classe operária e a burguesia “patriótica”.

E o pior é que esta “aliança das quatro classes” pendia cada vez mais para o lado da burguesia. Todas as soluções de compromisso que o maoísmo fora forçado a adotar devido ao tremendo atraso das forças produtivas e das relações de classe e que tinham permitido as espetaculares vitórias dos anos precedentes, pesavam agora como uma canga asfixiante sobre a revolução.

A incorporação maciça no novo regime dos técnicos, funcionários, administradores, oficiais do exército e intelectuais “recuperados” do Kuomintang e ganhos para a revolução à custa de altos salários; a integração dos antigos capitalistas “nacionais” na gestão das empresas que lhes tinham sido expropriadas, com grossas indemnizações e participação nos lucros; a invasão do partido pela pequena-burguesia, ansiosa por ter a sua parte no poder; o abismo que continuava a existir entre a elite dirigente e os trabalhadores manuais; a consolidação de rígidas hierarquias nas empresas, no exército e no Estado — tudo isto tornava simbólico o poder dos trabalhadores. O partido tinha comprado a adesão da burguesia “nacional” e da pequena burguesia, mas esta não se contentava com as somas fabulosas embolsadas — queria

o poder.

Sob a “euforia socialista” oficial, a direção efetiva da sociedade concentrava-se nas mãos da camada burocrata e tecnocrata, entrelaçado com o núcleo compacto dos burgueses “patriotas”, governando em nome da classe operária. Concluídas as tarefas antifeudais e anti-imperialistas da revolução, esta burguesia vermelha opunha-se resolutamente a tudo o que pusesse os seus privilégios em causa. Estava de acordo com o “socialismo” desde que ele se traduzisse em capitalismo de Estado; estava de acordo com a “ditadura do proletariado” desde que fosse preservada a sua própria tutela sobre os operários e camponeses; estava de acordo com o papel dirigente do partido comunista, desde que este servisse os seus interesses.

Assim a China Popular evoluía irresistivelmente no sentido de uma reedição do modelo da União Soviética.

Com o 8.º Congresso do partido, em 1956, a tendência burguesa, escorada na viragem à direita da URSS, cristalizou numa forte corrente no interior do partido, encabeçado por Liu Shaoqi, um dos dirigentes mais prestigiados do partido.

A sua linha ortodoxa — prioridade à indústria pesada, a técnica no posto de comando, maior eficácia económica, tudo isto naturalmente para “criar uma sólida base à edificação socialista” — conduzia em linha reta ao reforço e à liberdade de ação da burguesia: apoio nos incentivos materiais, maior autoridade para

os técnicos e dirigentes económicos, garantia dos privilégios dos capitalistas, liberdade de mercado nos campos, expropriação de qualquer parcela de poder da classe operária. Era a mesma miragem que levara a União Soviética a afundar-se no capitalismo de Estado “para chegar mais depressa ao socialismo”.

“No decorrer da transformação socialista — escrevia Liu em Setembro de 1956 — a aliança da classe operária com a burguesia nacional desempenhou um papel positivo na educação e remodelação dos elementos burgueses. No futuro poderemos continuar este trabalho de união, educação e remodelação, para que possam pôr os seus conhecimentos ao serviço da construção socialista. Como se vê, é incorreto considerar esta aliança como um fardo inútil”.<sup>1</sup>

A escala de salários que, durante a luta de libertação assegurara um certo igualitarismo, foi alargada. Segundo uma resolução do Conselho de Estado, de 31 de Agosto de 1955, foi estabelecido “um novo sistema salarial, para facilitar a edificação do socialismo”. Pela nova tabela oficial, o leque ia desde os 23/24 yuans para um trabalhador indiferenciado, aos 263 yuans para os diretores de fábrica e os 600 yuans para o chefe do Estado.<sup>2</sup>

---

1 Informe à 1.<sup>a</sup> sessão do 8.<sup>o</sup> Congresso do PC da China. Cit. em *La revolución cultural-proletaria y la derrota del poder obrero en China*. Progressive Labor Party, EUA, 1971.

2 Barnett, A.C., *Cadres, Bureaucracy and political power in communist China*, p. 191.

Mesmo entre os operários, era preciso acentuar as diferenças para estimular a produtividade. Em Junho de 1956 foi adotada na indústria uma escala de salários em 8 graus, baseada na retribuição à tarefa e no sistema de prémios. “Esta revisão erradicará definitivamente o igualitarismo e a confusão reinantes no sistema atual e será um importante fator no cumprimento antecipado do I Plano quinquenal”, escrevia o jornal dos sindicatos.<sup>3</sup>

No exército foi adotada na mesma altura uma nova escala de vencimentos e restabelecidas as patentes, galões e insígnias. A argumentação era semelhante: “Todos os oficiais devem ter os galões e insígnias, de modo a tornar evidente a distinção entre os oficiais e as outras patentes e entre os diversos ramos das forças armadas. Isto não dará origem a qualquer conflito entre oficiais e soldados porque os seus interesses são os mesmos”.<sup>4</sup> Um amigo da China registava em 1962 que o vencimento de um tenente era dez vezes superior ao do soldado, e o de um general cem vezes.<sup>5</sup>

A lógica “marxista” que servia de fundamento a estas medidas era a que os soviéticos se encarregavam de propagar: uma vez assegurado o novo poder e nacionalizada a propriedade, a tolerância para com os privilégios não só não trazia qualquer perigo como era um motor indispensável para a edificação do

---

3 *Laodong* (“Trabalho”), n.º 3, 6/3/1956.

4 *Survey of China Mainland Press*. Hong Kong, n.º 1147, pp. 3-5.

5 Edgar Snow, *The Other Side of The River*, p. 289.

socialismo.

Mao, nitidamente, vacilava e contempORIZAVA. Com a campanha das “cem flores” e o artigo “Acerca da justa solução das contradições no seio do povo”, tentou limitar as cedências ao liusha-qismo pondo a tónica na necessidade de reeducação ideológica da burguesia e dos quadros. Era uma fraca arma, quando começava justamente a emergir um antagonismo decisivo proletariado-burguesia.

Nesta moderação pesava sem dúvida o receio de uma rutura com os soviéticos, os quais multiplicavam as pressões para um alinhamento franco com as novas teses do seu 20.º Congresso. Os dois artigos então publicados por Mao, em nome do Comité Central, “Acerca da experiência histórica da ditadura do proletariado”, tentando dar um tom mais equilibrado à brutal reviravolta de Khrushchov, seguiam-na no essencial (crítica ambígua a Staline, reabilitação da experiência jugoslava, desanuviamento, etc.).

Mas a fonte desta vacilação era interna. Afinal fora o próprio Mao que pusera de pé a política de Democracia Nova, baseada num entendimento com a burguesia. Todo o lastro democrático-popular da experiência passada de Mao dificultava-lhe divisar o novo carácter da luta de classes e empurrava-o para a cedência.

A ala esquerda do partido chinês, porém, dispunha de fortes reservas, acumuladas em vinte e dois anos de guerra revolucionária de uma envergadura sem paralelo, nas lutas da reforma

agrária, etc. Aprendera a reconhecer a direita sob as mais variadas máscaras “marxistas”. Tomava como herança os aspetos mais radicais do maoismo e resistia à sua face conciliadora. Estava consciente, pelo exemplo soviético, do perigo de uma restauração burguesa sob a camuflagem do socialismo.

Acabou por ganhar Mao para a necessidade de uma contraofensiva quando a campanha das cem flores revelou o ímpeto expansivo das tendências burguesas a todos os níveis da sociedade, que já não podiam ser contidas apenas com meios “educativos”, tanto mais que Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, secretário-geral do CC, se tinham lançado a conquistar o controlo sistemático do aparelho do partido, do aparelho económico, dos sindicatos, da educação, das organizações da juventude, das mulheres, dos intelectuais, etc.

Durante os anos seguintes (1958-1965), Mao iria lançar-se em duas batalhas sucessivas contra a direita. Não conseguiu ganhar nenhuma delas.

## **DUAS BATALHAS PERDIDAS**

Com o “grande salto em frente”, baseado sobretudo na iniciativa das comunas populares nos campos, os maoistas tentaram atacar frontalmente a ideia de que a economia só podia avançar à custa dos incentivos materiais, da grande indústria e da liberdade do mercado para a pequena burguesia.

Num artigo de Zhang Chunqiao, o futuro dirigente da revolução cultural, publicado no Outono de 1958, “Romper com as ideias do direito burguês”, argumentava-se contra as noções estabelecidas como indiscutíveis pelos liushaoqistas:

“Naturalmente, não negamos que as desigualdades próprias do direito burguês não podem ser eliminadas de imediato. Mas será que Marx defendeu que o direito burguês e a hierarquia burguesa, em vez de serem destruídos, deveriam ser sistematizados e aprofundados?

O resultado dos ataques ao velho sistema de retribuição foi criar grandes diferenças de nível de vida entre os quadros do partido (...) Sem dúvida, isto estimula; mas não é o entusiasmo pela produção que assim se estimula; é sim o entusiasmo por obter fama e riqueza, o distanciamento das massas, a degeneração em burgueses direitistas”.<sup>6</sup>

Por esta altura, já o movimento das comunas, posto em marcha pelos agitadores maoistas, tomava uma envergadura irresistível, semelhante à da reforma agrária anos antes.

As comunas populares, formadas pela federação das anteriores cooperativas e englobando milhares de famílias, acabaram

---

6 *Current Background*. Hong Kong, n.º 537, pp. 3-5.

com as diferenças que se tinham vindo cavando entre cooperativas ricas e pobres e obrigaram na prática os camponeses abastados a contribuir para os restantes. Foram abolidas as parcelas privadas e o direito de venda no mercado da produção familiar. Tudo revertia para a comuna. Cantinas, lavandarias e creches gratuitas estabeleciam uma retribuição muito mais igualitária do trabalho. Além disso, a comuna não era apenas uma unidade económica mas uma célula política.

Ela estava destinada a afirmar-se, na opinião dos maoistas, como uma organização socialista de tipo superior, autossuficiente e capaz de contagiar com o seu exemplo as fábricas e o comércio. Assim esperavam submergir os tecnocratas. Era, no fundo, a velha tática de “cercar as cidades a partir dos campos”.

Na indústria, onde a influência dos liushaoqistas estava mais entrincheirada, através dos quadros do partido e dos sindicatos, o “grande salto” teve resultados muito mais modestos, mas conseguiu, ainda assim, reduzir a escala dos salários e obrigar, pela primeira vez, os diretores a ter em conta a voz dos plenários dos trabalhadores.

Aclamado pelo comité central como uma “maré irresistível do movimento de massas à escala nacional” e consagrado na imprensa oficial como uma inovação de alcance histórico, o grande salto em frente estava porém condenado ao fracasso. Para os direitistas não era difícil demonstrar a incongruência de se pre-

tender levar os camponeses a passar ao comunismo quando a economia não estava preparada para tal. A supressão dos estímulos materiais e a distribuição de alimentos segundo as necessidades e não de acordo com o trabalho prestado iriam provocar uma baixa na produção. A criação de indústrias artesanais improvisadas nas comunas não tinha qualquer valor económico. Tudo não passava de uma espécie de “comunismo primitivo”.

Não foi preciso esperar muito. Em breve, os maus resultados agrícolas vieram confirmar as críticas e o movimento entrou em crise, embora não pudesse ser publicamente contestado, porque Mao investira nele toda a sua autoridade.

A partir de 1960, o Comité Central lançou um “movimento de retificação” que teve por efeito reduzir as comunas a uma fachada. As parcelas privadas, que em 58 tinham praticamente desaparecido, já ocupavam em 1964 dez e até vinte por cento das terras comunais e canalizavam uma percentagem da produção mais elevada. Voltou a proliferar nos campos a diferenciação, a venda ambulante, a usura. Em 62 Deng Xiaoping emitiu uma diretiva que ficou conhecida como “as três liberdades e um contrato”: ampliação dos lotes de terra para uso privado, venda livre no mercado, direito de alargamento das pequenas empresas, quotas de produção familiares e não por brigadas.

Nas fábricas, também em nome da elevação da produtividade, foi restabelecido o poder discricionário dos diretores e a rivali-

dade entre os operários através da corrida aos prémios entre as equipas de produção.

O facto é que, a partir de 1962, a recuperação da produção industrial e agrícola e a melhoria geral do nível de vida consolidaram a posição dos liushaoqistas.

A derrota de Mao fora consagrada na reunião do comité central, em Lushan, no Verão de 1959, onde o marechal Peng Dehuai, ministro da Defesa, contestou pela primeira vez abertamente as suas conceções. Para conseguir a demissão deste e a sua substituição por Lin Biao, Mao teve que conceder a Liu Shaoqi e a Deng Xiaoping o controlo praticamente total sobre o partido e o aparelho económico.

Os maoistas saíram da batalha das comunas populares mais enfraquecidos porque a sua linha de aprofundamento da revolução se revelara utópica. Foi nestas circunstâncias, com uma situação interna profundamente deteriorada e a esquerda do partido a ceder terreno em toda a linha, que Mao lançou a sua segunda batalha, numa espécie de manobra de flanco — a campanha contra o revisionismo soviético — com a qual esperava desautorizar os mentores de Liu Shaoqi e atingir de ricochete as posições deste.

A direcção khrushchovista do PCUS, conhecedora das dificuldades em que Mao se debatia, intensificava a pressão para obrigar o PC da China a alinhar-se com a sua política de en-

tendimento global com os Estados Unidos; em 1960, perante as objeções chinesas, não hesitou em ir até à rutura dos acordos de cooperação.

Apesar disso, os liushaoqistas, alegando a necessidade de “defender a unidade do movimento comunista”, levaram o CC a subscrever a Declaração dos 81 Partidos, mistela pacifista melhorada com umas tantas emendas revolucionárias. O PC da China corria o perigo de ficar prisioneiro do revisionismo, ressaltando apenas o direito a uma demarcação simbólica.

Foi o erro de cálculo dos soviéticos, ao redobram de ataques à China no seu 22.º Congresso, que acabou por favorecer a contraofensiva maoista e retirar espaço a Liu e Deng.

Em 1963, Mao, apoiado numa equipa de teóricos “esquerdistas” sob a chefia de Chen Boda, desencadeou um bombardeamento em forma contra o revisionismo soviético e internacional: a Carta em 25 Pontos, com a proposta de uma nova linha geral do movimento comunista, os documentos sobre a questão Staline, sobre a autogestão jugoslava, criticando o cretinismo parlamentar dos partidos francês e italiano, etc., apesar das limitações que hoje se lhes podem apontar, tiveram um efeito explosivo na época porque desafiavam a hegemonia até aí incontestada dos soviéticos e contrapunham-lhe uma crítica pela esquerda em nome dos princípios marxistas-leninistas.

O PC da China, secundado pelo Partido do Trabalho da Albâ-

nia, tornou-se o foco de uma nova corrente m-l internacional que apelava à rutura com o revisionismo, denunciava a restauração burguesa na URSS e voltava a levantar a bandeira da revolução e da ditadura do proletariado. Parecia iniciar-se uma época nova no movimento comunista, depois de decênios de decadência reformista.

Não tardou muito, porém, que se tornasse patente a fraqueza interna da campanha maoísta. E isto porque a denúncia do revisionismo exigia que se analisassem as origens da restauração burguesa na União Soviética. Havia que passar da defesa de Staline contra os “usurpadores” a uma crítica pela esquerda ao stalinismo, ao 7.º Congresso da Internacional Comunista, à dissolução desta. Ora, o maoísmo era incapaz de entrar nesse caminho, que obrigaria a pôr em causa a sua própria ideologia da Democracia Nova. Em breve o PC da China pôs ponto final na crítica e ficou sem nada de novo para dizer.

Na prática, a campanha antirrevisionista converteu-se numa grande ofensiva diplomática de namoro às burguesias nacionalistas, com vistas à criação dum campo terceiro-mundista. Nesta recuperação teve um papel destacado o primeiro-ministro Zhou Enlai, o maoísta moderado e “pragmático”, cuja deslocação para a direita se iria confirmar nos anos seguintes.

Em vez de aparecer na cena internacional a apoiar a luta revolucionária da classe operária e uma nova corrente comunista,

a China dedicou-se a ganhar aliados junto dos regimes nacionalistas da Indonésia, Argélia, Guiné, Gana, etc. Poucos anos mais tarde, desacreditar-se-ia em tenebrosos apoios às forças reacionárias do Biafra, do Paquistão, do Ceilão, etc., tudo em nome da luta contra o “hegemonismo social-imperialista”.

Assim, a grande ofensiva ideológica de 1963, que inicialmente parecia apontada à elaboração de um novo programa do proletariado revolucionário e à criação de uma nova Internacional Comunista, naufragava numa ofensiva diplomática burguesa. O internacionalismo militante das primeiras proclamações descambava num nacionalismo tão sórdido como o da URSS. Os partidos marxistas-leninistas que tinham começado a despontar afundaram-se na confusão do trimundismo, abandonados à sua sorte ou degradados ao papel de agências da política externa chinesa.

O maoísmo perdeu a batalha antirrevisionista internacional como tinha perdido a batalha das comunas populares. Faltava-lhe fôlego para se constituir como uma alternativa revolucionária consequente. Foi o que se provou em definitivo com o movimento da revolução cultural.

## DA LUTA ENTRE DUAS LINHAS À LUTA ENTRE TRÊS LINHAS

Apesar dos insucessos anteriores, Mao acreditava que podia pôr em movimento forças revolucionárias capazes de bloquear a ascensão burguesa. Por esta altura, já não teria dúvidas quanto às lições a tirar da reviravolta da União Soviética. Declarara no CC:

“A sociedade socialista estende-se por um período histórico bastante longo, no decurso do qual continuam a existir as classes, as contradições e a luta de classes, bem como a luta entre a via socialista e a via capitalista e o perigo de uma restauração capitalista.”

Numa conferência em fins de 64, Mao apresentou um documento em 23 pontos, no qual mencionava pela primeira vez “os responsáveis do partido que se comprometeram na via capitalista”.

Nos campos, os maoistas travaram de 1963 a 65 uma batalha de retardamento contra o alastramento do capitalismo através do movimento de “educação socialista nos campos” e dos “quatro saneamentos”, cujo objetivo era impulsionar as associações de camponeses pobres. Mas essas medidas eram claramente boicotadas por Liu e Deng, que emitiam, em nome do CC, diretivas “de aplicação” orientadas em sentido oposto.

Em 1965, Mao considerou que não se podia esperar mais pela extensão às cidades do movimento de educação socialista. A influência revisionista a todos os níveis era evidente. Em fins desse ano, foi posta em cena, com grande louvor oficial, uma peça em que se punha em causa, através de alusões históricas, a destituição de Peng Dehuai. Pouco faltava para Mao ser desafiado publicamente.

Mao viajou para Xangai, onde reagrupou os seus adeptos e fez publicar um artigo criticando violentamente a peça. Ao mesmo tempo, a mulher de Mao, Jiang Qing, promovia debates entre os estudantes e intelectuais de Pequim contra a “cultura burguesa”. Estava posto em marcha o movimento da revolução cultural.

É possível que os direitistas não tivessem de início tomado muito a sério a ofensiva literária de Mao, os debates sobre o ensino e os primeiros grupos de Guardas Vermelhas. Como de costume, aderiram ruidosamente à nova ideia exótica de Mao, de uma “revolução cultural”, criticaram o autor da peça e apressaram-se a colocar homens seus no grupo encarregado de dirigir a “revolução”. O grupo, chefiado por Peng Zhen, produziu em Fevereiro uma inócua declaração programática em que reduzia tudo à necessidade de aperfeiçoar a ideologia. Em seguida, dedicou-se a meter na ordem os estudantes que se tinham distinguido na contestação das autoridades académicas, o

que não lhe foi difícil porque o ambiente entre os estudantes era maioritariamente favorável à direita.

Depois de 17 anos de China “socialista”, mais de 40 por cento dos estudantes eram ainda oriundos de famílias burguesas, embora estas constituíssem só 5 por cento da população.<sup>7</sup> O sistema de seleção afastava das universidades os filhos dos trabalhadores. Na Universidade de Pequim, a percentagem de estudantes de famílias operárias e camponesas descera, entre 1958 e 1962, de 67 por cento para apenas 38 por cento.<sup>8</sup>

Esta composição social explica porque é que as universidades se tornaram um lugar privilegiado para a manifestação extrema de ambas as correntes. Os filhos dos pobres e dos ricos encontravam-se frente a frente e podiam confrontar o abismo que os separava. É um aspeto que se esquece quando se comparam as lutas dos estudantes chineses às dos estudantes do mundo capitalista.

Com os jovens maoistas a ser perseguidos em nome do maoísmo, a revolução cultural descambava numa farsa. Mao teve que deslocar novas reservas. Fez aprovar no CC a circular de 16 de Maio, relançando a crítica à direita, e nomeadamente a Peng Zhen. Numa reunião do Bureau Político, dois dias depois, Lin Biao denunciava que “representantes da burguesia infiltrados no

---

7 Han Suyin, cit. por Snow em *A longa revolução*. Lisboa, 1973, p. 138.

8 Snow, id., p. 137.

Partido e nos órgãos dirigentes formaram uma facção autoritária que ganhou o controlo da máquina governamental, do poder político, o poder militar e o quartel-general da frente ideológica. Uniram-se para se dedicar a atividades subversivas e causam grandes perturbações”.<sup>9</sup>

Por fim, Mao teve que jogar toda a sua popularidade para romper a teia de resistências que bloqueava o movimento dos estudantes. Como Pequim resistia, atacou em Wuhan. Numa receção triunfal preparada pelos seus fiéis adeptos na cidade, depois da travessia a nado do Yangtsé, proclamou que “os Guardas Vermelhos são bons”. Em seguida, difundiu o seu próprio dazibao, altamente subversivo, “Fogo sobre o quartel-general” e recebeu, num comício-monstro, a braçadeira de guarda vermelho. A comoção na juventude foi enorme e a direita, incapaz de promover manifestações de massas semelhantes, teve que fazer cedências. Os maoistas apoderaram-se da maioria nas redações do Diário do Povo e do Bandeira Vermelha, começaram a orquestrar uma campanha de imprensa acutilante contra os “elementos burgueses” (que não eram nomeados), recompuseram o Grupo Central da Revolução Cultural e decidiram ir a nova batalha no Comité Central.

A nova resolução de Agosto, que ficou como a Carta da Re-

---

<sup>9</sup> *Révo. cul. dans la Chine pop.* (Anthologie de la presse des Gardes Rouges, mai 1966-janvier 1968). 10/18, Paris, 1975, p. 35.

volução Cultural, votada por escassa maioria, continha ainda muitos elementos de conciliação e visava apenas isolar os cabeceiras direitistas, o que Mao julgava suficiente para inverter o rumo dos acontecimentos:

“Confiar firmemente na esquerda revolucionária para isolar os direitistas mais reacionários, vencer o centro e unir-se à grande maioria” para “chegar à unidade de mais de 95 por cento dos dirigentes e das massas”. “O objetivo da Grande Revolução Cultural Proletária é revolucionar a ideologia do povo e, por consequência, alcançar resultados maiores, mais rápidos, melhores e mais económicos em todos os domínios do trabalho”.

Tudo isto tinha ainda muito pouco a ver com uma verdadeira revolução. Mao punha em jogo o aríete da livre iniciativa dos jovens, mas esse ataque sofria, como os anteriores, da ausência de raiz operária. A disciplina e a submissão nas fábricas eram muito mais difíceis de romper, pois aí era absoluto o domínio dos tecnocratas e dos caciques sindicais. O papel dos guardas vermelhos era “incendiar a pradaria”; o resto, esperava Mao, viria depois.

A Juventude Comunista, com cerca de 30 milhões de membros, foi dissolvida, para libertar a ação dos guardas vermelhos;

as escolas foram encerradas; os comícios sucediam-se e os guardas vermelhos lançavam-se em “longas marchas” para despertar o povo. Foi o período folclórico da revolução cultural; os estudantes derrubavam estátuas, criticavam costumes retrógrados, baniam a música clássica ocidental e afixavam proclamações retóricas e extravagantes.

A massa que acorria aos comícios sentia que os órgãos do poder estavam a ser contestados e que alguma coisa fermentava, mas não saía de lá mais esclarecida. Denunciar as condições reais de trabalho, as injustiças diárias, continuava a ser tabu, porque todos tinham medo de ser confundidos com contrarrevolucionários.

Tudo espremido, era um grande festival de demagogia sobre a “vontade soberana das massas”, mas que se dissolvia por ausência de alvo. Só no exército, onde Lin Biao, ao ataque, difundia aos milhões o livrinho vermelho dos pensamentos de Mao, o ambiente mudava. Para dar o exemplo, foram de novo abolidas as patentes e reduzidos os altos vencimentos, pregou-se o retorno ao princípio de “servir o povo”. Em todo o caso, é de notar que a extensão da democracia no exército foi sempre limitada, porque o saneamento de oficiais direitistas não era da competência dos soldados mas da Comissão Militar do CC. Excetuando Luo Ruiqing, nenhum chefe importante foi saneado, o que mais tarde viria a ter consequências desastrosas.

Em finais de 66, começou a tornar-se claro que a revolução abandonava a fase “cultural”, apoiada na ingénuia euforia dos estudantes, e abordava uma nova etapa. Todos se tinham tornado guardas vermelhos e os conflitos estalavam entre os grupos de esquerda e os de direita. Em Pequim, o “Comité de Ação Unida dos Guardas Vermelhos” (Liandong), inspirado pelos direitistas, promoveu em Dezembro uma manifestação de 30 mil estudantes, em que os dirigentes maoistas do Grupo Central — Chen Boda, Jiang Qing, Zhang Chunqiao — foram criticados. Foi o “vento negro de Dezembro”.

A luta contra a direita aquecia. E, na dinâmica desse combate, o campo maoista começou a dividir-se em dois ramos, que rapidamente descobriram que lutavam por objetivos diferentes. A luta devia ser conduzida com moderação para “isolar o punhado de cabecilhas” ou devia-se libertar sem limites os protestos e as reivindicações das massas trabalhadoras?

Xangai deu o primeiro sinal, devido à vitalidade que aí tinha a corrente maoista, implantada entre os operários. No decurso dos combates sangrentos em que os maoistas desalojaram o comité municipal liushaoqista, emergiu de surpresa um vasto movimento grevista que em poucos dias paralisou o porto, depois os transportes ferroviários, por fim toda a região. Em Janeiro de 67, a vaga de greves tinha alastrado a Wuhan, a Pequim, à Manchúria, etc. Instalações fabris e habitações foram ocupadas e em várias

fábricas os diretores foram expulsos e a gestão assumida pelos plenários de trabalhadores.

Os operários levantavam reivindicações até aí abafadas pelos caciques “vermelhos”: cumprimento efetivo da jornada de 8 horas e do descanso semanal, aumentos de salários, construção de habitações, contrato de trabalho para a grande massa dos eventuais.

Denúncias espantosas surgiam à luz do dia, difundidas pelos guardas vermelhos para todo o país. Havia fábricas com ritmos de trabalho desumanos, horários pesadíssimos e uma vigilância de tipo prisional. Os contestatários eram metidos em brigadas disciplinares de “reeducação coletiva” onde eram agredidos e privados das senhas de racionamento; os doentes eram abandonados à sua sorte. Todo o poder e privilégios em muitas destas fábricas “socialistas” tinham sido apropriados pelos chefes de brigada, quadros do partido e dos sindicatos, que eram os mais acérrimos defensores da linha de Liu Shaoqi. Havia fábricas onde os antigos patrões, os seus familiares e contramestres tinham permanecido, após a libertação, colocados nos postos dirigentes, submetendo os operários a uma exploração em tudo semelhante à dos velhos tempos.<sup>10</sup>

A direção maoista de Xangai, chefiada por Zhang Chunqiao reagiu com pânico ao movimento grevista e reivindicativo, que

---

10 Jean Daubier, *História da revolução cultural chinesa*, Lisboa, 1974, 2.º vol., pp. 183-197.

classificou como um movimento “economicista” assoprado pela direita para desorganizar a economia. Lançou uma “Mensagem a todo o povo de Xangai” (4 de Janeiro) e, dias depois, uma “Notícia urgente”, em que condenava as greves e a ocupação de edifícios públicos e ameaçava com sanções se não fosse restabelecida a ordem.

Mas a onda de fundo era imparável e Zhang Chunqiao foi arrastado a proclamar o governo da comuna na cidade, ou seja, uma administração inteiramente composta por delegados eleitos pelas organizações de massas. A ideia da comuna, com efeito, nascera no decurso do movimento como a solução lógica para assegurar a democracia operária. A experiência de 1958, com as comunas camponesas, frutificava agora na classe operária e as suas consequências políticas eram muito mais avançadas. A generalização das comunas nas cidades arrastaria inevitavelmente uma guerra civil revolucionária e a derrocada de todo o sistema de poder instituído.

Mao condenou de imediato esta iniciativa, com argumentos muito pouco claros. Zhang Chunqiao regressou a Xangai com instruções para dissolver a comuna e instituir como forma de governo local os “comités de tripla união”, com representantes do exército, dos quadros e das organizações de massas. Este iria ser nos meses seguintes o ponto de apoio dos maoistas para não deixar o poder “cair na rua” e a origem dos combates encarniçados

que no Verão alastraram a diversas regiões. A revolução amadurecera finalmente ao colocar o problema-chave — o problema do poder.

Em 18 de Janeiro, delegados dos grupos “esquerdistas” de várias regiões do país, reunidos na sede do comitê “Luta total”, criticaram Zhang como “conservador”. A esquerda era conduzida, pela dialética da luta de classes, a combater já não só a direita, mas também aqueles que começou a designar como “centristas”.

## **O QUE QUERIAM OS “ESQUERDISTAS”**

Os maoistas ortodoxos começavam a tomar consciência do perigo “ultraesquerdista” e da necessidade de travar um combate em duas frentes. Eis como em Julho de 1967, um jornal de Xangai caracterizava a extrema-esquerda:

“Recentemente, começa a prevalecer na nossa sociedade uma autointitulada ‘nova corrente de ideias’. O seu conteúdo consiste em deformar a contradição principal da sociedade socialista, apresentando-a como uma contradição entre os que chama ‘donos privilegiados da propriedade e do poder’ e as massas populares. Reclama uma constante ‘redistribuição’ da propriedade social e do poder político sob a ditadura do proletariado. Considera a Grande Re-

volução Cultural Proletária uma disputa de poder e riqueza ‘dentro da classe governante reacionária’. Confunde os quartéis-generais revolucionários de Mao-Lin com os quartéis-generais burgueses de Liu-Deng-Tao. Aponta todos os quadros dirigentes como privilegiados e denuncia-os a todos como alvo da revolução”.<sup>11</sup>

Na verdade, os grupos de esquerda, sem nunca porem em causa o maoismo, que era a fonte da sua legitimidade, procuravam infletir-lo para uma etapa mais elevada. Perante as experiências do ano anterior, defendiam que a revolução não podia limitar-se a derrubar um punhado de dirigentes mas devia ter como alvo toda uma classe — a nova burguesia que se guindara ao poder nos 17 anos de regime popular e que se tornava “um vampiro dos trabalhadores”. Acusavam o exército de estar a servir de ponto de apoio a esta burguesia. Avisavam que a sublevação das massas estava a ser canalizada para uma mera recomposição do poder, quando era preciso subvertê-lo.

Em particular, a esquerda reclamava durante o Verão de 67: — a destituição de Zhou Enlai e Chen Yi (o ministro dos Estrangeiros) como os mais destacados representantes dos “capitalistas vermelhos” da China depois da queda de Liu e Deng;

---

11 *China News Summary*, Taiwan, n.º 188.

— o saneamento radical do corpo de oficiais do exército, mantido por Mao e Lin Biao ao abrigo da crítica em nome dos interesses da defesa e da unidade nacional;

— a substituição dos comités de tripla união por comités compostos exclusivamente por delegados eleitos pelas organizações de massas;

— a entrega da gestão das empresas e das comunas aos órgãos eleitos em assembleias de trabalhadores;

— deixar de pagar dividendos aos capitalistas nacionais, abolir os seus altos vencimentos, destituí-los dos cargos administrativos, transformar as empresas mistas em estatais;

— o fim da política externa de aliança com os imperialismos secundários (França, etc.) e com as burguesias nacionais e o apoio efetivo às lutas de guerrilhas;

— o abandono do programa nuclear do país, em que viam um golpe no princípio da guerra popular revolucionária;

— por fim, a instituição da comuna na China, com base nos princípios da Comuna de Paris: abolição do exército profissional, substituído pelo povo em armas; retribuição dos funcionários e quadros segundo o salário médio dos operários; eleição para todos os cargos públicos, sujeita a destituição em qualquer momento por simples votação dos eleitores.

Naturalmente, a possibilidade de levar à prática a maioria destas reivindicações era muito remota, mas elas desfazem a

lenda dos “ultraesquerdistas” como bandos de energúmenos irresponsáveis e mostram a sua clarividência quanto aos pontos nevrálgicos da revolução que a China atravessava.

Mais notável ainda é a série de documentos programáticos editados por diversos grupos de extrema-esquerda já em 1968, em pleno período de repressão, e que foram coligidos pelo “Comité de União dos Revolucionários Proletários do Hunan” (Shengwulian). Transcrevemos algumas passagens:

“Apesar da crítica e da denúncia da linha reacionária burguesa iniciadas no ano passado, elas limitaram-se à exposição dos crimes de certos indivíduos. As raízes de classe que deram nascimento à linha reacionária e à estrutura burocrática que a servia foram apenas afloradas.”

“Consideramos que 90 por cento dos quadros superiores devem ser afastados ou pelo menos sujeitos a reeducação. Constituem já uma classe decadente, à parte, empenhada em defender os seus próprios interesses. As suas relações com o povo passaram de relações entre dirigentes e dirigidos a relações entre exploradores e explorados, opressores e oprimidos. A maioria deles aspira, conscientemente ou não, a tomar a via capitalista, a proteger e desenvolver tudo o que diz respeito ao capitalismo. Acaso podemos

derrubá-los persuadindo-os a renunciar aos seus salários elevados e outros benefícios resultantes dos seus direitos legais de burgueses? O proletariado já fez esforços nesse sentido. As múltiplas e largas concessões feitas pelo Presidente Mao à burguesia são a expressão concentrada desses esforços”.

“A aparição de uma classe privilegiada indica que certas relações de produção degeneraram. Embora as bases económicas pareçam em geral socialistas, a imensa superestrutura só pode ser considerada essencialmente capitalista (...). A transformação socialista da base económica empreendida na China foi levada a cabo por meios pacíficos e a transformação não foi completa. A superestrutura foi ainda menos abalada. É por isso que a grande revolução cultural proletária é, em essência, o verdadeiro início da revolução socialista na China”.

“Na realidade, trata-se de uma guerra civil que resulta diretamente de uma revolução política de grande envergadura; é uma revolução violenta necessária para que os revolucionários proletários possam tomar e conservar o poder político.”

“No campo da revolução, não existe nenhuma corrente de pensamento ultraesquerdista. A luta contra

o chamado ‘ultraesquerdismo’ é uma nova forma de repressão sobre os revolucionários proletários.”

“A tripla união que serve de base aos comités revolucionários equivale a repor no comando os burocratas derrubados durante a revolução de Janeiro [de 1967]. Ela tornar-se-á assim, inevitavelmente, uma forma de poder político usurpado pela burguesia, no qual as forças armadas e os burocratas terão o papel dirigente (...) Se a ditadura destes comités constituir o desenlace da primeira grande revolução cultural, a China seguirá certamente o caminho da União Soviética e o povo voltará a cair sob a sangrenta dominação fascista do capitalismo”.<sup>12</sup>

Como bem se compreende, estas posições não podiam ser produto de “bandos anárquicos”; elas demonstravam uma maturidade política que só reais forças de vanguarda podiam atingir.

Quando os simpatizantes ocidentais do maoísmo, como Bettelheim, Snow, Daubier, J. Robinson, etc., divulgavam a tese dos “bandos anárquicos”, faziam-no pela sua própria visão reformista pequeno-burguesa da revolução na China, como se tornou claro à medida que novas informações se foram filtrando acerca dos acontecimentos de 1967.

---

12 *Révo. cul.*, cit., pp. 395-426.

Entre os grupos de extrema-esquerda que tiveram um papel mais destacado e maior influência de massas, podem citar-se: o grupo “16 de Maio” (citado na imprensa chinesa como o “5-16”), formado em Pequim a partir do primeiro núcleo marxista-leninista surgido na universidade em 1966; após a prisão de alguns dos seus dirigentes, em Fevereiro de 1967, teve lugar em 1 de Julho um congresso de delegados no qual o grupo se estruturou como organização clandestina à escala nacional; foi no Outono banido como “grupo secreto e contrarrevolucionário”; o “Grande Exército Rebelde 22 de Abril”, a segunda organização de massas na província de Guangxi; o “Exército da Bandeira Vermelha”, formado por veteranos de guerra, com base em Pequim e ramificações em Chongqing, Nanquim, Xian; em Xangai, o comité “Luta Total”; em Cantão, o “Corpo de Combate 1º de Agosto”, formado por veteranos na reserva, e o grupo “Bandeira Vermelha”; na província de Hunan, foi constituída, já em Outubro de 1967, uma coligação de vinte grupos de guardas vermelhos e operários rebeldes, que reivindicava dois a três milhões de apoiantes, o Shengwulian atrás mencionado; organizações semelhantes existiam nas províncias de Hebei, Sichuan e em todas as aglomerações urbanas.

Avaliações feitas pelos guardas vermelhos e por fontes ocidentais referiam 30 a 40 milhões de seguidores da extrema-esquerda no Verão de 67 — não apenas estudantes, mas também grandes

contingentes de operários e empregados.

Só esta vasta influência permite compreender que a extrema-esquerda tivesse chegado a dispor nessa altura de cinco representantes no Grupo Central da Revolução Cultural, todos eles redatores da revista teórica do partido Bandeira Vermelha: Wang Li, Lin Tie, Mu Xin, Guan Feng e Qi Benyu. Os quatro primeiros foram demitidos no Outono de 67, quando se desencadeou a ofensiva contra o “ultraesquerdismo” e o último alguns meses mais tarde.

O “ultraesquerdismo” era na realidade o sector mais avançado do movimento, que tinha que acabar por emergir das lutas da revolução cultural e que viera germinando muito mais de trás, durante a guerra, a reforma agrária e as lutas de classe que se seguiram à libertação. De início seguidores incondicionais do maoísmo, descobriam no decurso da luta as suas limitações e tentavam ultrapassá-las, ganhar Mao para o seu lado sem nunca o contestar.

Esta era a sua grande inferioridade — não dispunham de verdadeira autonomia política porque não podiam criticar o centrismo de Mao. Estavam-lhe amarrados. Daí que a necessidade de reorganização do partido comunista nunca tenha sido posta publicamente. Esta incapacidade para uma rutura aberta com o centro condenava, só por si, a revolução à derrota.

## VITÓRIA E DERROTA DE MAO ZEDONG

A partir da comuna de Xangai, a tendência de esquerda começou a ganhar verdadeira envergadura de massas pela audácia com que pegou nas palavras de ordem maoistas para as levar até ao fim: libertar a iniciativa e a democracia de base e liquidar de vez os “quartéis-generais” da burguesia. A direita, pela sua parte, resistia entrincheirada também em posições conciliatórias de Mao.

A luta entre as duas alas exacerbou-se quando, no desfile do 1.º de Maio, Zhou Enlai se apresentou na tribuna ladeado por Zhu De, Chen Yun, Chen Yi, todos eles já largamente criticados como estranhos à revolução. Era um desafio do principal protegido de Mao aos guardas vermelhos.

Durante a Primavera e o Verão, os conflitos multiplicaram-se por toda a China. Operários e estudantes de esquerda levantavam-se contra as autoridades liushaoqistas anichadas nos comités revolucionários, tentavam demiti-las e eram ferozmente reprimidos por grupos de guardas vermelhos de direita, não poucas vezes protegidos pelo exército, agindo pretensamente como árbitro. A luta tomava a envergadura de uma guerra civil larvada. Recordemos alguns dos mais graves incidentes:

Em Zhengzhou e Kaifeng, no Hunan, a “Comuna 7 de Fevereiro”, que era seguida por cem mil pessoas, exige num comício

em 26 de Maio a destituição das autoridades locais, ligadas aos direitistas. O comício é atacado, resultando dezenas de mortos, mil feridos, trezentos presos. Quatro dias depois, a direita assalta o principal bastião dos “esquerdistas”, a fábrica de fiação n.º 6, onde estes se entrincheiraram. O edifício é incendiado e tomado de assalto, fazendo muitos mortos e feridos.<sup>13</sup>

Em Junho/Julho, no grande centro industrial de Wuhan, travam-se combates diários entre o “quartel-general” operário, apoiado pelos guardas vermelhos, e o grupo direitista muito poderoso “O Milhão de Heróis”. À intervenção de Zhou Enlai e de enviados do poder central tentando pôr termo ao massacre, o “Milhão de Heróis” responde com uma sublevação, que conta com o apoio do exército. Wang Li, do Grupo Central da Revolução Cultural, é preso e ferido. O complexo siderúrgico e a universidade são tomados de assalto pelos direitistas, que fazem centenas ou milhares de mortos. A ordem só é restabelecida quando a cidade é tomada por forças da aviação e da marinha, a um apelo de Mao. O “Milhão de Heróis” é desarmado e Wang Li acolhido em Pequim por uma manifestação triunfal.

Mas na realidade a rendição dos direitistas assentou num compromisso aceite por Zhou Enlai de que não seriam castigados. O comandante militar da cidade, o “carniceiro” Chen Zaidao, como lhe chamavam os esquerdistas, é poucos meses depois

---

13 Id., p. 343.

reabilitado por Mao, que declara que “ele tem estudado bem”.

Justifica-se pois a afirmação de que “a partir do motim de Wuhan o centro de gravidade da revolução cultural desloca-se definitivamente em direção à repressão aberta da extrema-esquerda maoista e à reabilitação de 95% dos quadros”.<sup>14</sup>

Em Cantão, onde os grupos de esquerda tinham conseguido no início do ano o prático controlo do poder, a província é colocada sob comando militar. O general Huang Yongsheng declara as organizações esquerdistas fora da lei e trava-se luta armada ao longo de vários meses, que só vem a terminar na Primavera de 68 com o aniquilamento da esquerda. O general Huang foi depois nomeado, em reconhecimento pelos seus serviços, adjunto de Lin Biao.

Entretanto, em Pequim, durante todo o Verão, decorriam as escaramuças que tiveram mais repercussão no estrangeiro. Os guardas vermelhos contestavam violentamente a política externa que continuava a ser aplicada pelo marechal Chen Yi e reclamavam a demissão deste. Depois de uma breve ocupação do ministério em 15 de Maio, organizaram em Agosto sessões de luta e greves da fome, mantendo o ministério sob cerco permanente. Chen Yi foi momentaneamente obrigado a ceder às suas exigências, declarando apoio às guerrilhas no Camboja e na Birmânia (o que contrariava a política de Zhou Enlai de aliança com

---

14 Henri Weber e outros, *A revolução cultural chinesa*. Lisboa, 1974, p. 30.

o príncipe Sihanouk e com os generais birmaneses). As instalações foram novamente ocupadas quando os guardas vermelhos descobriram que estavam a decorrer negociações secretas para um acordo de retirada americana do Vietname. O próprio Zhou Enlai chegou a estar cercado durante dois dias e duas noites por meio milhão de guardas vermelhos que lhe exigiam autocritica pela sua política dúbia e queriam conhecer os documentos secretos do CC. Foi saqueada e incendiada a missão britânica em Pequim, em retaliação contra a repressão dos ingleses em Hong Kong, etc.

Por esta altura, as críticas que vinham sendo feitas desde o princípio do ano ao grande moderador Zhou Enlai (o mesmo que os maoistas ocidentais admiravam pelo seu “senso político prodigioso, subtileza e flexibilidade”) começavam já a estender-se àqueles que Mao promovera como os chefes da esquerda e os principais responsáveis pela revolução cultural: Chen Boda, Jiang Qing, Zhang Chunqiao. As suas intervenções dúbias desiludiam os sectores de vanguarda, acossados pela pressão crescente dos direitistas. A ala de Mao corria assim o risco de se ver desautorizada politicamente se não tomasse medidas contra os “esquerdistas”.

E o mais grave para o poder maoista era que os esquerdistas, perdida a confiança nos dirigentes, começavam a unificar-se à escala nacional e a chegar à conclusão de que não podiam estar

entregues à proteção do exército. Precisavam de criar a sua própria defesa armada.

Depois de um editorial particularmente subversivo publicado no *Bandeira Vermelha* de 1 de Agosto, “O proletariado deve ter as armas na mão”, diversos grupos de guardas vermelhos e rebeldes revolucionários começaram a assaltar comboios de armamento e paióis e mesmo a desarmar unidades do exército, para poderem fazer frente à direita. Esta última iniciativa decidiu a direção maoista a passar à ofensiva contra a esquerda, antes que fosse tarde de mais.

Mao, regressado a Pequim nos primeiros dias de Setembro, depois de uma viagem pela província, declara público apoio a Zhou Enlai e a Chen Yi e condena duramente os esquerdistas. O grupo “5-16” é denunciado como “uma organização conspiradora contrarrevolucionária teleguiada pelos inimigos de classe do interior e do exterior”.<sup>15</sup> Em 2 de Setembro, um comício de rebeldes revolucionários de Nanquim contra o comandante da região militar é impedido por intervenção de Zhou Enlai e Jiang Qing. Em 5 de Setembro é emitida uma diretiva do CC para o desarmamento imediato dos guardas vermelhos. Em 12 de Setembro é organizado em Pequim um comício monstro de 400 grupos fiéis a Mao que exigem a destruição total do “5-16” e de todos os “esquerdistas”. Em consequência, os elementos de

---

15 *Révo. cul.*, p. 313.

esquerda são saneados da direção da revolução cultural.

Como depois se tornou claro, este “ajustamento” correspondia à liquidação política do cerne da revolução cultural e ao recuo para posições de compromisso com a direita. Nos meses seguintes, sob a palavra de ordem “ousar unir-se com os quadros”, sucede-se a repressão sobre os culpados de “excessos” e a reabilitação em massa dos dirigentes e funcionários criticados e destituídos durante a revolução.

Sob a capa dos comités revolucionários, o exército assume a manutenção da ordem nas províncias, em substituição do partido, completamente desarticulado. As organizações dos guardas vermelhos e rebeldes revolucionários são subordinadas ao exército. Os “esquerdistas” que resistem são massacrados, havendo verdadeiros banhos de sangue em Cantão e no Guangxi. Em Julho de 1968 deixou de haver resistência e os maoistas congratulam-se pela sua vitória simultânea sobre a direita e sobre a “ultraesquerda ao serviço da direita”.

Nesta eliminação implacável colaboraram, mais ou menos convictamente, os dirigentes geralmente considerados no exterior como a ala esquerda da revolução cultural: Chen Boda, Jiang Qing, Lin Biao, e os dirigentes de Xangai: Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan.

Ao fazer aniquilar o “ultraesquerdismo” pelo exército, Mao liquidou as forças vivas da revolução, privou-se da sua única

barreira perante a direita e veio a afundar-se face ao lento retorno desta — a isto se resume o desenlace trágico da revolução cultural.

A força invencível do maoísmo residira até aí na sua capacidade para navegar na corrente principal da revolução, alimentando-se do seu impulso e acelerando a sua marcha. Agora, porém, essa capacidade esgotava-se porque o maoísmo era incapaz de enfrentar o nível superior a que chegara a luta de classes — já não se tratava de “contradições no seio do povo”, mas da luta pela liquidação da burguesia. A ditadura democrático-popular já não servia para nada: ou se avançava para a ditadura do proletariado ou se recuava para a ditadura da burguesia.

Em 1969, esta opção ainda estaria oculta para a maioria dos maoístas, por julgarem que a destituição dos cabecilhas de direita e o controlo do poder pelo exército constituíam uma barreira insuperável a qualquer tentativa de restauração burguesa. Mao conservava, dos tempos da guerra revolucionária, uma confiança arreigada nas potencialidades do exército popular como “escola do povo”.

O 9.º Congresso do partido consagrou a preponderância do exército no CC. Grande parte dos delegados eram oficiais do exército. Lin Biao foi declarado “sucessor” de Mao. Mas o exército já não podia desempenhar o papel dos tempos da luta de libertação, em que era um instrumento dos camponeses pobres

e dos operários. Ele era agora um corpo armado mergulhado numa sociedade em convulsão onde a burguesia ascendia continuamente, projetada para cima pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas.

As enfáticas declarações de vitória da revolução cultural e de repúdio por Liu e Deng, feitas pelo congresso, tinham um significado preciso: os quadros e a burguesia podiam estar tranquilos quanto ao retorno da ordem e à garantia dos seus privilégios, desde que não desafiassem o poder do exército.

Daí em diante, o equilíbrio de poder definido pelo congresso foi-se degradando constantemente. E à medida que os maoistas tentaram tardiamente opor-se ao avanço da contrarrevolução a que tinham aberto as portas, foram por sua vez eliminados um a um. A liquidação da esquerda pelo centro arrastou, numa nova fase, a liquidação do centro pela direita.

Em 1970, Chen Boda, o teórico mais eminente do maoismo, foi saneado sem explicações. A causa era a cobertura que dera aos “ultraesquerdistas” nas jornadas de 67, e que a direita não lhe perdoava. Foi mais tarde julgado.

Em 1971, foi a vez de Lin Biao tentar opor-se febrilmente à lenta marginalização do exército dos postos de comando. Organizou uma conspiração, acerca da qual até hoje pouco se sabe, mas que teria sido precipitada pela decisão de Mao de receber Nixon na China, e foi morto em circunstâncias obscuras. A tem-

pestade de denúncias em torno do seu “revisionismo” deu uma excelente oportunidade para fazer cair no esquecimento o caso de Deng Xiaoping que manobrava para retomar o poder.

Por fim, com a morte de Mao, o “bando dos quatro” foi apeado do poder e preso, após uma enganosa “segunda revolução”, em que tentaram, já sem qualquer probabilidade, fazer reviver a mobilização de massas contra a ascensão imparável de Deng, o chefe reconhecido da nova burguesia chinesa.

Mao Zedong morreu sozinho, entre os escombros da revolução de que fora durante tantos anos o indiscutível “timoneiro”. E em 1980, a revolução cultural foi repudiada, os seus principais dirigentes condenados e Liu Shaoqi solenemente reabilitado. A partir daí, estava traçado o rumo que hoje segue a China.

## **UMA REVOLUÇÃO INÚTIL?**

O primeiro aspeto que chama a atenção na revolução cultural chinesa é a desproporção entre as suas tarefas e os objetivos que lhe foram traçados. Tratava-se, podemos vê-lo hoje, de uma revolução socialista, única saída capaz de coroar e assegurar as conquistas populares conseguidas na revolução antifeudal e anti-imperialista de 1949. A classe operária, apoiada nos pobres do campo e das cidades, tinha que derrubar a burguesia “vermelha” que se guindara ao poder à custa da luta de libertação. Era necessário destruir pela força o aparelho de estado “socialista”

em que a burguesia se entrincheirava, substituindo-o por órgãos revolucionários de tipo soviético. Havia que passar da democracia popular em degeneração à ditadura do proletariado. E esta revolução socialista só poderia ser levada à vitória sob a direção de um partido comunista renovado, capaz de assegurar a hegemonia do proletariado.

Nenhuma destas condições foi satisfeita. Os objetivos sociais da revolução foram obscurecidos pela etiqueta “cultural”, como se o perigo de restauração burguesa viesse de certas ideias erradas e não de uma classe que produzia essas ideias. Sob os apelos radicais à “ditadura integral do proletariado”, prevaleceu sempre nos documentos oficiais uma grande indefinição quanto ao alinhamento das classes. A luta de classes acesa que se travava no país ficou escondida sob as proclamações ideológicas.

Por outro lado, embora a revolução fosse batizada como “proletária”, a classe operária desempenhou nela um papel de força de apoio, não de classe dirigente. A força dirigente era constituída por intelectuais e estudantes, que chamavam para o seu lado os camponeses pobres, operários, empregados. Por isso mesmo, a classe operária não impôs a sua hegemonia através de uma rede de sovietes de delegados de fábricas; participou, diluída nas outras classes, nos comités revolucionários, onde preponderava um radicalismo confuso, de carácter pequeno-burguês. E também por isso, o corpo dirigente da revolução não foi o partido

comunista, desmembrado pela luta interna e maioritariamente inclinado para o campo burguês, mas o exército, que funcionou como uma caricatura de partido.

Que uma revolução desencadeada nestas condições se afundasse no caos e acabasse por ser ganha pela burguesia não é de estranhar. As revoluções burguesas podem triunfar mesmo com uma grande dose de confusão e espontaneísmo, porque têm por missão coroar um poder económico burguês já existente. Mas a revolução proletária, se não contar com um alto nível de consciência e organização operária, está perdida. Foi o que aconteceu.

Segunda questão: porque é que o bloco maoista teve a clareza suficiente para denunciar o perigo da restauração burguesa sob a máscara do socialismo, teve a audácia para chamar as massas a desorganizar o aparelho de estado e o partido, e apesar disso traçou objetivos tão estreitos e enganadores à revolução? Mao e os maoistas julgaram possível atalhar a degeneração burguesa sem pôr em causa as alianças de classe anteriores. Um traço típico do maoísmo sempre foi a crença de que as concessões à burguesia poderiam ser compensadas com medidas educativas: reeducação pelo trabalho manual, apelo à simplicidade e à modéstia, “servir o povo”... Ora, sem um poder efetivo, económico e político, da classe operária, esta pedagogia só podia dar frutos superficiais e, a longo prazo, envenenados. Coberta com os slogans maoistas, a

burguesia assumiu gradualmente todo o poder.

É forçoso concluir que Mao e os seus seguidores transportaram para a segunda etapa, socialista, da revolução chinesa, os conceitos democrático-populares em que se tinham apoiado na primeira etapa. O marxismo de Mao fora deformado pelo próprio decorrer da revolução: uma guerra revolucionária camponesa prolongada, em que a classe operária teve um papel secundário, em que o exército surgiu ao lado do partido como órgão dirigente, e em que foi possível a aliança com uma parte da burguesia.

Daqui extraiu Mao a ideia do papel determinante que poderia ser desempenhado pelos camponeses na passagem ao socialismo, assim como a crença de que o próprio atraso da China seria uma condição favorável ao avanço da revolução.

Tendo partido para a nova etapa da revolução com estas noções atrasadas, Mao encarou-a na perspectiva estreita de uma reforma do aparelho de Estado, imposta pela sublevação das massas. Queria avançar para o comunismo, mas era um “comunismo” camponês, democrático-popular, essencialmente pequeno-burguês. Por isso, foi colhido de surpresa ao constatar que a luta de classes excedia as metas que lhe tinham sido atribuídas. Encarou como “excessos” a combater aquilo que era o avanço da revolução. Daqui a sua rotação inevitável, da esquerda para o centro, à medida que a revolução crescia.

Terceira questão: deve-se então concluir que tinham razão os soviéticos quando classificaram Mao como um “pseudomarxista” e um “revisionista” de longa data?

Parece-nos que só quem não dá nada pela revolução pode acreditar que o PC da China teria sido conduzido da derrota e do impasse de 1927 até à conquista do poder, ao movimento das comunas, à crítica do revisionismo e aos combates da revolução cultural por um “pseudomarxista”. Esse prodigioso salto de um quarto da humanidade, das trevas do feudalismo até ao espriar impetuoso das manifestações e dazibaos reclamando uma sociedade igualitária, seria inconcebível sem a ação de dirigentes de estatura excecional, produto, eles próprios, da grande maré revolucionária que convulsionou a China durante decénios.

O problema novo posto pela revolução cultural não podia ser resolvido por uma atabalhoada e néscia renegação de Mao — incontestavelmente um génio da guerra revolucionária camponesa e um marxista de mérito. O problema era compreender as causas sociais do esgotamento da revolução chinesa e dos limites ideológicos que levaram o maoismo a falir, depois de decénios de vitórias fulgurantes. Mas este era o género de crítica que não podia ser feita pelos soviéticos.

Quarta questão: porque é que a ala esquerda da revolução cultural, a única que se aproximou da compreensão marxista das tarefas da revolução, se revelou tão débil, ideológica e materi-

almente, não teve força para romper com a bandeira maoista, iniciar no decurso da luta a reconstituição do partido comunista e de sovietes de operários, camponeses pobres e soldados, e não produziu chefes à altura da missão que lhe cabia?

Aqui tocamos nos limites sociais da revolução chinesa, semelhantes em certos aspetos aos da revolução russa. A passagem à revolução socialista impunha-se como a única hipótese de defender, consolidar e aprofundar as conquistas revolucionárias democráticas da primeira etapa. Mas o socialismo era, nas condições sociais da China, um parto prematuro, e portanto quase certamente destinado a abortar: a classe operária, embora em crescimento, era ainda uma minoria insignificante, não tinha tradições de luta pela hegemonia, não pudera apoderar-se do partido comunista, transformá-lo por inteiro no seu partido, não aprendera a criar órgãos de poder operário. Mesmo que as convulsões se tivessem prolongado por mais alguns anos, seria muito difícil a classe operária dar o salto que lhe faltava para se tornar a classe dirigente da revolução.

Esta fraqueza explica a fraqueza da ala esquerda e a polarização da luta entre a corrente revisionista burguesa e a corrente maoista. A batalha decisiva travou-se entre a direita e o centro. A esquerda foi triturada entre os dois. Como na revolução russa nos anos vinte; com a diferença de que aí a esquerda não chegou a configurar-se com a mesma clareza que na China.

Quinta questão, derivada da anterior: se a China ainda não estava socialmente madura para o socialismo, não deveriam os comunistas ter reconhecido que o objetivo da revolução era libertar as relações capitalistas e deixar amadurecer o país, a longo prazo, para a revolução socialista? A pretensão de avançar para o socialismo a marchas forçadas, sem para tal estarem reunidas as condições económicas e sociais mínimas, não revelava uma deformação voluntarista do marxismo, que acarretou sacrifícios humanos monstruosos, porque inúteis do ponto de vista histórico? Ou seja: não será que afinal Deng Xiaoping tinha e tem razão quando hoje proclama o socialismo como meta para “daqui a cem anos”, através da libertação da economia mercantil?

Este argumento, que já Kautsky usava contra os bolcheviques durante a revolução russa, se lhe rasparmos o invólucro “marxista”, equivale a exigir às massas operárias e camponesas que se encarreguem de fazer a revolução burguesa, já que a burguesia se mostra incapaz de a fazer, e que em seguida lhe entreguem docilmente o poder para que ela cumpra a sua missão histórica de desenvolver o capitalismo.

É uma tese que encara a classe operária e as massas exploradas como carne para canhão, encarregadas de puxar o carro da história e sem aspirações de poder. Não consegue conceber que os operários, uma vez tendo tomado a iniciativa da revolução já não a querem largar e, mesmo enfrentando uma derrota quase

certa, batem-se pelo seu aprofundamento ininterrupto, contra o retorno da escravidão assalariada.

Ninguém pode dizer que a revolução proletária na China (ou a revolução soviética de Outubro) estivesse à partida condenada a ficar nos marcos do capitalismo de Estado, que hoje degenera sob os nossos olhos em capitalismo sem restrições. Era imprevisível o influxo que cada uma dessas revoluções poderia exercer sobre o movimento revolucionário mundial e os reflexos que por sua vez receberia dele. Os comunistas têm sempre razão em procurar levar a revolução o mais longe possível porque “é só através de uma série de tentativas — como disse Lenine — que se chegará ao socialismo integral como a colaboração dos proletários de todos os países”.<sup>16</sup>

A “revolução cultural” chinesa foi uma dessas tentativas. Balbuciente, frágil, derrotada — mas um contributo de enorme valor histórico em que os operários de outros países amanhã se apoiarão para novas revoluções vitoriosas contra a ditadura da burguesia.

---

16 Lenine, *Obras escogidas*, em três tomos. Moscovo, tomo II, p. 734.

## **A REVOLUÇÃO CULTURAL E O FIM DO MAOISMO**

Francisco Martins Rodrigues, 1988

Esta edição reproduz integralmente a versão disponível no Arquivo Marxista na Internet com correções para as normas de ortografia e transliteração vigentes.